

PONTOS CRÍTICOS DO *DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO* CRITICAL AREAS WITHIN *DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO*

Conceição V. Lopes*
conlopes258@gmail.com

Neste artigo, propõe-se uma reflexão crítica sobre determinados termos constantes no *Dicionário terminológico* que são, no dia a dia, ensinados aos discentes dos ensinos básico e secundário. Concretamente, questiona-se a classificação dos relativos *cujo(a)*, *cujos(as)*, *onde* e *quanto(a)*, *quantos(as)* como determinantes, advérbio e quantificadores, respetivamente. O termo *sujeito nulo*, a subordinação adverbial, adjetiva e substantiva e ainda o termo *adjetivo numeral* são também, aqui, matéria de análise crítica.

Palavras-chave: Termo. Determinante. Pronome. Sujeito nulo. Subordinação. Numeral.

In this article, we propose a critical reflection on certain terms included in *Dicionário terminológico* which are often employed in the everyday life of teachers of basic and secondary education. We discuss mainly the classification of the relatives *cujo(a)*, *cujos(as)*, *onde* e *quanto(a)*, *quantos(as)* as determinants, adverb and quantifiers, respectively. The term *null subject*, the adverbial, adjective and substantive subordination and the term *numeral adjective* are also discussed.

Keywords: Term. Determinant. Pronoun. Null subject. Subordination. Numeral.

•

1. Introdução

Os docentes dos ensinos básico e secundário deparam-se, amiúde, com determinados conteúdos gramaticais cuja classificação suscita muitas dúvidas e em relação aos quais sentem um certo, para não dizer ‘total’, desconforto quando os têm de explicar aos alunos. Estes conteúdos emanam do chamado *Dicionário terminológico*, filho degenerado da controversa TLEBS¹ que muita tinta fez correr, mas que nem por isso sofreu grandes alterações. Aparentemente, a situação acalmou, pois não se ouviram mais vozes a manifestarem-se contra ou a favor destas novas propostas. No entanto, na sua prática letiva, os professores veem-se confrontados frequentemente com esta nova terminologia

* Universidade Lusófona (professora colaboradora) / Agrupamento de Escolas Professor Lindley Cintra, Lisboa, Portugal.

¹ O *Dicionário Terminológico* sucedeu à Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário, vulgarmente conhecida por TLEBS, após esta ter sido suspensa em 2007 pelo Ministério da Educação.

e é com ela que têm de lidar. Fazemos, aqui, uma reflexão crítica sobre alguns dos termos mais problemáticos que, segundo esta análise, deveriam ser revistos a curto prazo.

2. Áreas críticas

2.1. Relativos: o determinante *cujo(a)*, *cujos(as)*, o advérbio *onde* e o quantificador *quanto(a)*, *quantos(as)*

O *Dicionário Terminológico* apresenta o *pronome relativo* e o *determinante relativo* como duas classes distintas de palavras. Para o primeiro caso, são apresentados, como exemplos, *o qual*, *a qual*, *os quais*, *as quais* (variáveis) e *que*, *quem* (invariáveis). Como determinante relativo é dado o exemplo de *cujo(a)*, *cujos(as)*. Em primeiro lugar, argumentaremos em favor da classificação deste último grupo de relativos como *pronome* e, em seguida, demonstraremos por que motivo não deverá ser entendido como *determinante*. Será interessante perceber o que consta do texto da TLEBS (revisto em 2007)² acerca desta matéria:

Nem todas as palavras que introduzem orações relativas pertencem à classe dos pronomes, como é o caso dos advérbios relativos "onde", "como", dos quantificadores relativos "quanto(s)/quanta(s)" e do determinante relativo "cujo(s)/cuja(s)" (DGIDC 2007, p. 65).

Como sabemos, para a noção de pronome concorre o facto de as palavras classificadas como tal substituírem os nomes, nas frases em que estes ocorrem. Consideremos as seguintes frases:

- (1) Tu fizeste asneiras.
- (2) Gosto deste vestido, mas detesto aquele.

No exemplo 1, a palavra *tu* é considerada um pronome pessoal porque ocorre em vez do nome da pessoa em causa; já em 2, *aquele* aparece em substituição de *aquele vestido*, pelo que, com toda a legitimidade, é considerado um pronome já que substitui o nome *vestido*, deixando apenas, como marca lexical, a forma do determinante – *aquele*. As formas variáveis *o qual*, *a qual*, *os quais*, *as quais* são também classificadas como pronomes, pois substituem, nas frases relativas em que ocorrem, os nomes que os antecedem, como acontece na frase:

- (3) Falei-te dum livro, o qual é já um *best seller*.

Aqui, o relativo *o qual* substitui a expressão *um livro* (antecedente) na oração relativa.

² Embora a TLEBS já não se encontre atualmente em vigor, a classificação destas palavras mantém-se no *Dicionário Terminológico*, pelo que se justifica a citação referida no texto.

Ora o mesmo raciocínio deverá aplicar-se a *cujo(a)*, *cujos(as)*. Assim, em 4a, a palavra *cujo* está a substituir, na oração relativa, o segmento *o livro*, sendo esta oração (relativa), na sua formulação linear, equivalente a 4b:

- (4) a. O livro cujo autor desconheço.
b. Desconheço o autor do livro.

A palavra *cujo* tem como antecedente *o livro* e, de certa forma, integra em si mesma o genitivo de determinação, ou seja, a preposição *de*, na sintaxe do português atual. A relativa remete-nos para o autor do referido livro, uma vez que vemos *o livro* a funcionar como antecedente, que é exatamente que se passa com os restantes pronomes relativos, também estes a referirem-se sempre a antecedentes.

Além disso, nunca é demais enfatizar que se trata, então, de uma pronominalização e não de uma determinação. A *Gramática do português* organizada por Raposo, Bacelar do Nascimento, Mota, Segura e Mendes (2013) não deixa dúvidas a este respeito: “Esta forma, variável em género e número, é um pronome relativo semanticamente equivalente a um pronome possessivo genitivo de 3.^a pessoa”, segundo afirma Veloso (2013, p. 2097). Na mesma obra, são apresentadas algumas características deste pronome, como sejam “*cujo* retoma pronominalmente a entidade possuidora na relação de posse expressa no sintagma nominal; (...) *cujo* precede o nome que denota a entidade possuída (...); *cujo* é equivalente a um sintagma preposicional introduzido pela preposição *de* (...)” (*ibidem*).

Ora, será a função de determinação a função sintática mais importante destas palavras? Vejamos: o determinante especifica o nome, tornando-o mais geral ou, ao contrário, mais específico. Observemos as frases seguintes:

- (5) Fulano escreve artigos para jornais.
(6) Sicrano escreveu um artigo demolidor sobre a TLEBS.
(7) O artigo de Sicrano granjeou-lhe grandes aplausos.

Na frase 5, o nome *artigos* é tomado em sentido geral sem se especificar qualquer artigo em concreto. O mesmo já não acontece em 6, em que a palavra *um* especifica o artigo de que estamos a falar e já não o conceito geral de *artigo*, como acontecia no exemplo anterior. Podemos ser ainda mais específicos, como em 7, pois a palavra *o* colocada antes do nome *artigo* confere-lhe muito mais concretismo, não havendo dúvidas de que se trata de um determinado artigo e não de outro artigo diferente. Há ainda classes de determinantes que especificam outros aspetos do nome como, por exemplo, a posse (determinantes possessivos), a proximidade ou afastamento relativamente aos interlocutores (determinantes demonstrativos) ou a indefinição (determinantes indefinidos). Consideremos as frases:

- (8) O meu livro tem capa dura.

- (9) Aquele espetáculo foi fantástico.

Em 8, a palavra *meu* é considerada um determinante possessivo, pois antecede o nome e determina a sua possessividade. Já em 9, a palavra *aquele* indica afastamento relativamente ao emitente do discurso. Em qualquer destes casos, vemos o determinante a especificar determinados aspetos do nome, quase sempre o precedendo. Será que tal sucede com *cujo(a)*, *cujos(as)*? É certo que estas palavras ocorrem antes do nome, como, no exemplo supracitado (exemplo 4a) *O livro cujo autor desconheço*, em que a palavra *cujo* antecede o nome *autor*. Mas será que a sua função principal é determinar algum aspeto do nome? Não será antes estabelecer uma ligação entre o nome que vem antes (*o livro*) e o que vem depois (*autor*), especificando a relação de autoria (estamos a falar do autor do tal livro referido antes e não a determiná-lo seja em que aspeto for)? Neste contexto, Cunha e Cintra salientam, também, a função de ligação ou de ‘ponte’ exercida pelos pronomes relativos: “Os pronomes relativos assumem um duplo papel no período com representarem um determinado antecedente e servirem de elo subordinante da oração que iniciam” (Cunha & Cintra 2005, p. 344). Estes autores apresentam, na mesma obra, *cujo(a)*, *cujos(as)* e *quanto(a)*, *quantos(as)* como pronomes relativos variáveis e *onde* como invariável.

Em termos estruturais, a grande diferença entre a pronominalização com *o qual*, *a qual*, *os quais*, *as quais* e a pronominalização com *cujo(a)*, *cujos(as)* reside na tipologia do grupo de palavras que estamos a substituir. Geralmente, o pronome relativo substitui grupos nominais, mas as palavras *cujo(a)*, *cujos(as)* substituem sintagmas preposicionais introduzidos pela preposição *de*, já que o determinativo de autoria se expressa sintaticamente, em português, como sintagma preposicional (*autor do livro*). De certa forma, vemos aqui acontecer uma determinação de autoria, mas o que está principalmente em causa é a função de pronominalização da palavra *cujo* dentro da oração relativa. Essa é a sua função sintática mais relevante, pelo que deveríamos tomá-lo como pronome relativo em vez de determinante. Além disso, as crianças e os jovens a quem se destina este acervo terminológico já têm relativamente bem cimentada a estrutura de subordinação relativa, usando-a e reconhecendo-a intuitivamente. Como assinala Vygotsky, “Ao longo de toda a sua idade escolar, a criança usa correta e apropriadamente as conjunções na linguagem espontânea quando quer exprimir subordinações causais, temporais, adversativas, condicionais e outras” (Vygotsky 1934/2007, pp. 324–325). É, de certo modo, pouco pedagógico obrigá-la a usar uma classificação disruptiva que contraria a ideia de subordinação relativa que esta já tem assimilada.

Semelhante situação sucede com o relativo *onde*, considerado outrora como pronome relativo, sendo que, atualmente, no *Dicionário terminológico*, é denominado de advérbio relativo.

- (10) a. Visitei ontem o jardim onde nos encontrámos pela primeira vez.
b. Encontrámo-nos pela primeira vez no jardim X.

Em frases do tipo 10a, a palavra *onde* estabelece uma ponte sintática entre o antecedente (*o jardim*) e a oração relativa que, na sua formulação linear, seria equivalente a 10b. A

operacionalização sintática de *onde* consiste em substituir, na frase relativa, o sintagma nominal *o jardim*, sendo que, incorporando em si uma ideia de lugar, este irá desempenhar a função de modificador (ou de complemento circunstancial, segundo denominação anterior à TLEBS) na oração encaixada.

Também aqui a *Gramática do português* de Raposo *et al.* (2013) não deixa dúvidas: “O pronome relativo *onde* caracteriza-se por ser semanticamente locativo” e, mais adiante: “(i) o seu antecedente (explícito ou implícito) tem de denotar um lugar e (ii) o valor semântico do pronome dentro da oração relativa tem de ser locativo” (Veloso 2013, p. 2102). De facto, segundo Veloso, *onde* pode assumir um valor semântico de locativo *estático*, como acontece em 11, ou *dinâmico*, como em 12:

(11) Revisitei a escola onde estudei em criança.

(12) No país de onde eles vieram não se fala português.

Neste último caso, o pronome integra “um constituinte relativo introduzido pela preposição adequada” (*ibidem*). A autora atribui-lhe uma “natureza adverbial”, é certo, mas a sua categorização gramatical, quando aparece numa frase relativa, é de pronome e não de advérbio.

Igual comportamento apresenta o relativo variável *quanto(s)*, *quanta(s)*. Tomemos as frases seguintes como exemplos ilustrativos:

(13) Ele apanhou tantos coelhos quantos viu à sua frente.

(14) O réu negou tantas mentiras quantas foram proferidas em tribunal.

Ambas as palavras *quantos* e *quantas* têm antecedentes (*coelhos* e *mentiras*) e vão funcionar como ligação sintática entre a oração subordinante e a subordinada, substituindo, nesta última, o nome em causa e podendo assumir diferentes funções sintáticas: em 13 tem a função de complemento direto e em 14 de sujeito passivo. Parece quase irrefutável que o valor semântico deste pronome relativo é de quantidade. Porém uma coisa é o valor semântico das palavras e outra é o seu comportamento sintático, do qual, como aqui sustentamos, deve derivar uma correta categorização gramatical. Mais uma vez nos apoiamos na *Gramática do português* (2013) para confirmar esta ideia de que *quanto(a)*, *quantos(as)* são efetivamente pronomes e não meros quantificadores: “Este pronome relativo [*quanto*] pode ser equivalente a um sintagma nominal” e “o seu antecedente (explícito ou não) é, precisamente, a quantificação do sintagma nominal a que a oração relativa está ligada” (Veloso 2013, p. 2099). Veloso admite que este e outros relativos possam ter várias funções dentro da frase, mas, não obstante, opta pela designação genérica de pronomes exatamente por estes terem como principal função ‘retomar’ os respetivos antecedentes nominais:

Independentemente de funcionarem como sintagmas nominais, advérbios ou especificadores, fazemos aqui a opção terminológica de utilizar o termo genérico “pronome” para todas estas formas, na medida em que todas elas ou retomam um

antecedente de natureza nominal (...) ou funcionam como sintagmas nominais dentro da oração relativa (Veloso 2013, p. 2078).

Nesta passagem, apenas discordamos da autora quando esta afirma que todos os pronomes relativos “funcionam como sintagmas nominais dentro da oração relativa”. Com efeito, *cujo(a)*, *cujos(as)* não funcionam como sintagmas nominais, mas preposicionais dentro da frase relativa, como pensamos ter ficado claro na explicação que acima foi dada.

Poderemos, pois, concluir que todos os *relativos* aqui contemplados apresentam o mesmo comportamento sintático, a saber:

- (i) aparecem colocados imediatamente após o antecedente;
- (ii) ficam à cabeça da oração relativa;
- (iii) a sua função é fazer a substituição do antecedente, funcionando como vestígio lexical e desempenhando diferentes funções sintáticas na oração relativa.

Assim sendo, e uma vez que o seu comportamento sintático é idêntico, todas estas palavras deverão ser classificadas da mesma forma, ou seja, como pronomes relativos e não como determinantes, advérbios ou quantificadores relativos. Voltamos a sublinhar que a sua principal função é, dentro da oração relativa, substituir o nome ou o grupo nominal que imediatamente os antecede e, por esta ser a sua principal função, deverão ser considerados como pronomes. Martinet torna claro que as palavras têm não só um significado, mas também uma identidade gramatical, a qual é conferida pelos contextos em que ocorrem: “un monème comme *homme* a (...) une identité sémantique certes, mais également une identité grammaticale qui dérive des contextes dans lesquels il peut figurer” (1985, p. 171). E, mais adiante, acrescenta:

(...) une fonction grammaticale est un lien entre deux éléments et non une façon de se comporter d’un élément. Lorsqu’il est question de la valeur d’une fonction, c’est, bien entendu, à celle de ce lien que nous faisons référence et, en aucune façon, à celle de l’élément qu’elle relie au reste de l’énoncé (Martinet 1985, p. 175).

Neste sentido, a identidade gramatical dos relativos atrás referidos deverá, pois, ser reportada aos contextos notoriamente semelhantes em que ocorrem e ao seu valor relacional no interior da frase, também este sempre idêntico. Martinet, mais uma vez esclarece:

(...) as tradicionais “partes do discurso” são, em última análise, determinadas pelas compatibilidades das unidades significativas no enunciado, mesmo que, esquecendo esta origem, sejamos tentados a pensar que as ditas “partes do discurso” valem eternamente por si mesmas e para todas as variedades da linguagem humana (Martinet 1995, p. 95).

Apelando agora para o conjunto terminológico em causa, constatamos que o mesmo critério não é aplicado aos possessivos, demonstrativos ou indefinidos, já que estas classes de palavras ora são classificadas como determinantes ora como pronomes, dependendo do contexto sintático em que ocorrem.

- (15) Este casaco não te serve.
- (16) Que livro escolhes? - Vou levar este.
- (17) Os filhos da Maria estão ótimos! E os teus?³

A palavra *este* vale como determinante em 15, e como pronome em 16. Já a palavra *teus* aparece listada simultaneamente como determinante e pronome no *Dicionário terminológico online*, sendo classificada como pronome na frase 17. Se vemos o contexto determinar a categoria sintática, nestes últimos exemplos, porque não aplicar o mesmo critério aos relativos acima referidos?

2.2. O sujeito nulo subentendido e indeterminado

Uma outra classificação problemática no *Dicionário terminológico* diz respeito à tipologia da função sintática de *sujeito*, para a qual se apresentam três tipos de sujeito:

- (i) sujeito simples, como em *A Ana saiu cedo*;
- (ii) sujeito composto, como em *O Pedro e o Luís fizeram os trabalhos de casa*;
- (iii) sujeito nulo nas vertentes de subentendido, como em *Gosto de bolo de amêndoa*, indeterminado, em *Dizem que amanhã vai chover*, e expletivo, como *Novou ontem*.

Nem a designação de *sujeito simples* nem a de *sujeito composto* levantam grandes objeções. O mesmo já não acontece com o agora designado *sujeito nulo*. Embora se perceba que este termo eiva diretamente do quadro teórico predominante no *Dicionário terminológico*, não deixa de surpreender a coexistência entre o termo *sujeito nulo* e os termos *subentendido* e *indeterminado*, uma vez que nos encontramos perante uma incongruência: classificar um sujeito como *nulo subentendido* é afirmar, ao mesmo tempo, que ele não existe (nulo) e que existe, uma vez que se subentende. Ora, uma coisa não pode ‘ser’ e ‘não ser’ ao mesmo tempo. Este tipo de raciocínio viola, antes de mais, o *princípio da não contradição*, o qual sustenta que duas proposições contraditórias não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo. Assim, ou o sujeito existe ou não existe, as duas coisas é que não podem acontecer. Mais do que uma classificação gramatical é o próprio estatuto ontológico do *sujeito* que está aqui em causa. Se a linguagem serve para representar a realidade, como acreditamos, deverá ser a própria realidade a ditar a classificação gramatical e não o contrário. Tomemos a frase:

- (18) Portaste-te bem hoje.

Se todos concordamos que em 18 há inequivocamente um sujeito da ação de *portar-se bem* que é um -tu- (a pessoa com quem falamos), se essa pessoa existe, não nos parece correto classificar este sujeito como *sujeito nulo*. É certo que, em português, um sujeito pronominal pré-verbal não tem necessariamente realização fonética. Porém, o facto de

³ Exemplo retirado do *Dicionário Terminológico online*, disponível na página do Ministério da Educação.

este não ter realização fonética legítima a sua classificação como *sujeito nulo*? Parece-nos que é a própria ontologia da realidade que é posta em causa com esta designação.

Se ainda restassem dúvidas de que existe sujeito ou de que este não é nulo em frases do tipo presente em 18 poderíamos sempre recorrer a alguns testes sintáticos para deslindar esta questão.

2.2.1. Teste da pergunta ao verbo “Quem é que...?”

Ensinamos frequentemente aos nossos alunos que, para sabermos qual o constituinte frásico que desempenha a função de *sujeito*, basta perguntarmos ao verbo “Quem é que realizou a ação?”. No caso do exemplo 18, a questão seria “Quem é que se portou bem hoje?”, cuja resposta imediata é -tu-. Esta palavra não está expressa na frase, mas subentende-se antes de mais pelas marcas de flexão presentes na forma verbal *portaste-te*. A segunda pessoa do singular (tu) encontra-se entrosada ou, se quisermos, ‘amalgamada’ na flexão verbal e facilmente deduzimos, através de marcas flexionais específicas, qual a pessoa em causa. Tal sucede porque a flexão dos verbos portugueses é muito rica e, por essa razão, diferenciada para as várias pessoas. O mesmo já não se passa no inglês ou no francês, línguas em que é obrigatória a presença lexical do sujeito, já que uma mesma forma verbal pode ser usada em várias pessoas (Ex.: em francês: *je fais, tu fais, il/elle fait, nous faisons, vous faites, ils font* ou em inglês: *I went, you went, he/she went, we went, you went, they went*). Em português, salvo raras exceções, as formas verbais diferem de pessoa para pessoa (Ex.: *eu como, tu comes, ele/ela/você come, nós comemos, vós comeis, eles/elas/vocês comem*), sendo que o verbo apresenta determinadas marcas flexionais que nos indicam a pessoa em causa, não sendo, por isso, obrigatório o emprego do pronome pessoal antes da forma verbal.

O mesmo procedimento poderia ser aplicado à frase:

(19) Dizem que amanhã vai chover.

Se perguntarmos ao verbo “Quem é que diz que amanhã vai chover?” a resposta será -eles-, embora não possamos determinar exatamente quem são -eles-. A forma verbal *Dizem* implica que alguém diga algo, que a própria marca flexional de terceira pessoa do plural representa, embora não consigamos distinguir quem diz e, por essa razão, o sujeito é denominado de *sujeito indeterminado* nestes casos. Ele existe – as marcas de flexão verbal não deixam dúvidas – mas é um pouco vago. Fazemos notar que este tipo de expressões corresponde *ipso facto* a situações recorrentes no domínio da experiência humana. A expressão de uma coletividade nem sempre é determinada de forma distinta, podendo uma opinião difundir-se sem agentes concretos, ou se quisermos, é a própria coletividade que tem voz, nestes casos.

2.2.2. Teste da passiva

Apliquemos, agora, o teste da passiva aos casos em discussão. Como sabemos, o *sujeito* da frase ativa transforma-se em *complemento agente da passiva* na equivalente frase

passiva. Nem todas as frases são suscetíveis de transformação passiva, pois é necessário que exista um constituinte com a função de *complemento direto*, o que em muitas frases não acontece (ex.: *Adormeci por instantes, O autocarro chegou...*). Tentemos aplicá-lo às seguintes frases com complemento direto:

- (20) a. Fizemos o trabalho facilmente.
 b. O trabalho foi facilmente feito por nós.
- (21) a. Escrevi ontem uma carta de apresentação.
 b. Uma carta de apresentação foi ontem escrita por mim.

As frases passivas correspondentes estão em b. Como podemos verificar quer em 20b quer em 21b existe o complemento agente da passiva que é, respetivamente, *por nós* e *por mim*. O que nos é lícito concluir, antes de mais, é que os verbos *fazer* e *escrever* têm um agente claro que é, no primeiro caso, *nós* e, no segundo, *eu* (na forma *mim*). Portanto, considerando que o complemento agente da passiva resulta da transformação do sujeito da frase ativa, o que este teste nos mostra é que os sujeitos de 20 e de 21 não são nulos, pois eles foram recuperados na passiva pelos pronomes *nós* e *mim*. Estes pronomes não são realizados lexicalmente na forma ativa, mas encontram-se amalgamados na forma verbal, de tal modo que conseguimos facilmente perceber qual é o sujeito da ação através de morfemas flexionais característicos. Assim, classificar, nestes casos, o sujeito como *nulo* é entrar em flagrante contradição com o comportamento sintático deste constituinte nas frases passivas.⁴

Claro que esta classificação tem razão de ser. Ela deriva da linguística generativa que, por sua vez, se enquadra no programa de investigação cognitivista. Segundo este programa, a mente humana funciona como um computador e, portanto, só joga com dados objetivos e lexicalmente expressos (Lopes 2016, p. 202). O que não aparece realizado lexicalmente é como se não existisse (daí o termo *nulo*), pois o computador só ‘lê’ o que é visível na linearidade do enunciado ou, mais concretamente, da frase. É difícil para um computador lidar com pressupostos, implícitos ou subentendidos. Estas noções implicam um outro tipo de abordagem linguística que uma mera máquina não consegue fazer. Assim sendo, o que está aqui em causa é uma classificação sintática, a qual nos parece entrar em flagrante contradição com o comportamento das frases, bem entendido, mas é mais do que isso: é o próprio critério adotado, sustentado por um quadro teórico específico, que levanta muitas interrogações. Um computador é um artefacto humano que funciona seguindo determinadas regras de inferência lógica e que fazem parte da sua linguagem de programação (algo de bastante técnico e pormenorizado). Funcionará a mente humana de modo semelhante? Em que célula, em que parte da célula ou em que zona do corpo é que poderemos encontrar a programação linguística tal como o programador humano faz relativamente aos computadores? Não é fácil responder a estas questões porque, muito provavelmente, a resposta será “em parte nenhuma”. Não existe

⁴ Cunha e Cintra empregam as designações de sujeito oculto (*Ficamos um bocado sem falar*), sujeito indeterminado (*Ainda se vivia num mundo de incertezas*) e orações sem sujeito (*Chove. Anoitece*) (Cunha & Cintra 2005, pp.128-130).

nenhuma programação linguística nos cérebros humanos à semelhança do que acontece nos computadores. Por esse motivo, é abusivo considerar que o cérebro é um ‘computador feito de carne’, para usar uma expressão crua do domínio da Inteligência Artificial. Embora haja muitos neurónios e muitas sinapses no interior do cérebro, este está intimamente relacionado com a ‘mente’ humana, que é algo que talvez não se reduza ao fisicalismo da arquitetura cerebral.

Seria, quiçá, mais correto começar por classificar o sujeito como *expresso* e *não expresso*, incluindo, no primeiro caso, o sujeito simples e o sujeito composto e, no segundo caso, os sujeitos subentendido, indeterminado e sem referente (ou inexistente). O termo *não expresso* oferece as vantagens de:

- (i) já não enfermar da contradição lógica entre ser (subentendido, indeterminado) e não ser (nulo),
- (ii) se ater com mais realismo à sintaxe do português, pois um constituinte sintático pode não vir expresso lexicalmente e, não obstante, existir de alguma forma na frase, através, por exemplo, de marcas de flexão verbal.

A forma como denominamos os elementos gramaticais não é aleatória. Tal como vem definido no *Dicionário terminológico*, o termo *sujeito nulo* significa *sujeito sem realização lexical*⁵, mas entre uma expressão e outra existe uma grande diferença, pois a semântica dos termos remete, ou deveria remeter, para a própria ontologia da realidade. Além disso, é transmitida às crianças uma noção simplista e errónea do funcionamento gramatical. Falar em *sujeito nulo* é cercar a análise linguística, impedindo os discentes de se aperceberem de determinadas subtilidades gramaticais, como sejam as marcas de pessoa amalgamadas nas formas verbais e a própria riqueza flexional da nossa língua.

2.3. Orações subordinadas no *Dicionário terminológico*

Na divisão e classificação de orações, os professores veem-se forçados a acrescentar às orações subordinadas os termos *adverbiais*, *adjetivas* ou *substantivas*, como é o caso das orações subordinadas causais, que são denominadas de *orações subordinadas adverbiais causais*. Embora não sendo propriamente uma novidade da TLEBS, uma vez que estas designações lhe são anteriores (fazem já parte da Nomenclatura Gramatical Portuguesa

⁵ Dos autores tendencialmente generativistas consultados parece transparecer esta mesma ideia, ou seja, que a expressão *sujeito nulo* é equivalente a *sujeito sem realização lexical*. Assim acontece em Lobo (2013b, p. 2309): “As línguas naturais divergem quanto à possibilidade de, em orações finitas - *i.e.*, orações cujo verbo é flexionado com marcas de tempo/aspecto/moço e de pessoa/número (*cf.* caps. 15 a 19, 29 e 56) -, o sujeito gramatical ser omitido, ou seja, não ser realizado foneticamente”. Biberauer *et al.* (2010, p. 3) consideram que, no Latim e no Grego, o sujeito pronominal pode vir apenas expresso no verbo: “(...) since a pronominal subject can be expressed ‘in the verb’ in languages such as Greek and Latin, there is no general requirement to pronounce the subject separately as a nominative pronoun”. Já Camacho (2013, p. 3) emprega a expressão “overt expression of the subject” para se referir ao sujeito com realização lexical, sendo que há línguas em que esta ‘expressão visível do sujeito’ não é obrigatória: “An alternative approach is to assume that clauses in all languages have subjects and the variation comes from whether the overt expression of that subject is obligatory or not”. Também Chomsky (1995, p. 40), referindo-se à posição explícita do sintagma nominal *your friends* na frase *your friends seem to each other [t to be happy]*, utiliza a expressão “overt position”: “(...) thus functioning in its overt position, not that of its trace (...)”.

de 1967) julgamos que estas deveriam ser também alvo de revisão pelas razões que a seguir expomos.

Antes de qualquer outra reflexão, deveremos assinalar que estas designações tornam pesada a ‘bagagem’ linguística exigida aos alunos, sobretudo os do ensino básico, assemelhando-se a um comboio de termos com muitas carruagens, sendo que a maior parte delas se perde pelo caminho. Se já não é fácil tentar ensinar, aos nossos jovens, a diferença entre a coordenação e a subordinação de orações nos seus vários tipos, perante estes termos, as crianças sentem-se muitas vezes perdidas e raramente percebem o seu fundamento. Como assinala Castro Pinto:

(...) em etapas menos avançadas não se devem sacrificar momentos em que seja necessário pôr em prática e exercitar o bom uso da língua oral e escrita (...) unicamente com o objectivo de privilegiar a memorização de etiquetas que nem sempre vão ao encontro do que delas se espera por falta de adequação às circunstâncias (2006, p. 13).

Mas olhemos com algum detalhe para este tipo de construções, começando pelas primeiras (subordinadas adverbiais).

2.3.1. Orações subordinadas adverbiais

Numa frase do tipo 22, a oração iniciada pela conjunção *porque* é apelidada de oração subordinada adverbial causal.

(22) Não fui ao cinema porque estava a chover.

Qual a razão de ser desta denominação? Será que a subordinação, nas suas várias vertentes (causal, temporal, final, comparativa, concessiva, consecutiva, condicional), apresenta um comportamento sintático semelhante a um advérbio? Atentemos nas seguintes frases:

(23) Fiz o trabalho lentamente.

(24) Fiz o trabalho porque quero subir a nota.

Em 23, o advérbio *lentamente* modifica o sentido do verbo, indicando o modo como o trabalho foi feito, mas em 24 não é isso que acontece com a oração iniciada por *porque*. O segmento *porque quero subir a nota* não parece modificar nem o sentido do verbo *fazer* nem a oração subordinante no seu todo (*Fiz o trabalho*). O que ocorre em 24 é a existência de duas proposições (*Fiz o trabalho / quero subir a nota*) que estabelecem, entre si, um nexos de causalidade. Fazer equivaler a segunda oração a um advérbio é, pensamos, forçado e subverte totalmente a lógica da subordinação, uma vez que esta, contrariamente à coordenação, implica sempre uma ligação forte entre as orações envolvidas. Em termos correntes, um subordinado depende sempre de um chefe ou de um patrão e, nestes casos, uma subordinada depende sempre de uma subordinante. Logo, não é facultativa a segunda oração, como acontece com a maior parte dos advérbios que, sendo modificadores de frase ou de grupo verbal, poderão ou não ocorrer, sem que isto afete gravemente o sentido

e a gramaticalidade das frases. Insistimos em que, numa relação de subordinação, a oração subordinada depende sempre da oração principal ou subordinante. Já Jerónimo Soares Barbosa o fazia notar na sua *Grammatica philosophica*: “Quando as subordinadas começam o período, sempre ficam suspensas, fazendo esperar a principal; e quando o terminam, supõem aquela de antes (...)” (1822/2005, p. 367). Só por esta razão parece desajustado comparar as orações subordinadas a meros advérbios da oração principal.

Uma outra razão prende-se com a própria expressão do nexos causal que torna indissociáveis as proposições assim relacionadas. Numa relação de causalidade, não se podem separar as causas dos efeitos, ou seja, causa e efeito constituem duas faces da mesma moeda. Refira-se que a linguagem, além de outras funções, tem a capacidade de abarcar a lógica inerente das relações que acontecem no mundo real. Consideremos a frase:

(25) O rapaz ficou ferido porque foi atingido por um projétil.

O conteúdo semântico da segunda oração (*porque foi atingido por um projétil*) é importante para percebermos, enquadrarmos e/ou explicarmos o conteúdo da primeira (*O rapaz ficou ferido*). Se fosse aberta uma investigação policial a propósito deste pequeno incidente saber que os ferimentos foram causados por um projétil constituiria, sem dúvida, um avanço na compreensão do que se passou. O nexos de causalidade é um dos nexos mais importantes e frequentes nas vivências humanas e não só. Diríamos, mesmo, que as ciências, de forma geral, tomam a *causalidade* como pedra basilar dos seus edifícios teóricos. Conhecer a causa de uma determinada enfermidade é importante para a sua cura; saber o que esteve na origem de um incêndio também releva para ajudar a evitar outros incêndios de futuro; saber a origem do aumento global da temperatura pode ajudar a criar um ambiente mais saudável, e por aí adiante. Na lógica que subjaz à organização das frases de uma língua, conhecer as causas de determinados eventos está longe de ser algo de opcional que modifique, apenas, a semântica da proposição inicial, à maneira dos advérbios. A gramaticalidade das frases não pode ser o único critério de classificação; deveremos fazer intervir, preferencialmente, o valor lógico-semântico das proposições envolvidas.

Poderíamos aplicar o mesmo raciocínio à subordinação temporal:

(26) Quando as aulas acabarem vou passear.

A primeira oração (*Quando as aulas acabarem*) exprime mais do que uma mera circunstância temporal: de certa forma, acontece aqui um condicionalismo temporal equivalente a *só quando as aulas acabarem é que vou passear*. Fazer a equivalência entre a primeira oração e um advérbio parece-nos desajustado. É diferente dizer *Hoje vou passear*, em que o advérbio *hoje* confere uma circunstância de tempo à ação expressa pelo complexo verbal (*vou passear*), e *Quando as aulas acabarem vou passear*. Neste último caso, a verdade da segunda proposição (*vou passear*) só se verifica se a primeira for verdadeira (*as aulas acabarem*). Ou seja, vislumbra-se, aqui, uma relação lógica de implicação, na medida em que só haverá passeio quando as aulas acabarem. A oração

subordinada não poderá, pois, ser considerada como facultativa relativamente à oração subordinante, como o são, no geral, os advérbios que desempenham a função de modificadores.

Vejam os que a perspectiva generativa diz sobre estas matérias. Na referida *Gramática do português* de Raposo *et al.*, Lobo acentua a valor acessório e facultativo deste tipo de estruturas quando afirma que

Tradicionalmente, as orações subordinadas adverbiais são definidas como estruturas oracionais que desempenham funções acessórias na oração, equivalente às dos adjuntos adverbiais ou circunstanciais, sendo, por isso, em muitos casos, facilmente elimináveis sem que a frase se torne agramatical (2013a, p. 1986).

Concordamos que, sem a oração subordinada *adverbial*, a oração subordinante não se torne agramatical. Porém, o enunciado, no seu todo, fica completamente alterado. Não se trata simplesmente uma questão de *gramaticalidade*, mas de uma questão de significado, de semântica das frases implicadas ou, se quisermos, de lógica de predicados. Em termos lógicos, eliminar *porque foi atingido por um projétil* e ficar a frase reduzida a *O rapaz ficou ferido* transforma completamente o sentido das frases. Consideramos, por este motivo, que não é acessória nem eliminável a segunda oração, sob pena de termos que considerar *outrossim* o nexos de causalidade como acessório e eliminável na experiência humana.

Na *Gramática da língua portuguesa* de Mateus, Brito, Duarte e Faria (2003) sustenta-se, de igual modo, que “Em geral, as orações subordinadas adverbiais têm a mesma distribuição de advérbios, de sintagmas adverbiais e preposicionais não argumentais” (Brito 2003, p. 701). Para Brito, este tipo de orações são constituintes de frase que têm a possibilidade de nela ocupar diferentes posições e esta é uma razão adicional para serem equiparadas a advérbios ou sintagmas adverbiais.⁶ O facto de determinados constituintes poderem aparecer em diferentes posições, dentro da frase, não os torna, por si só, facultativos nem elimináveis. A isto já se referia Jerónimo Soares Barbosa quando, na sua *Grammatica philosophica*, fazia a distinção entre *sintaxe* e *construção*. Escrevia ele que duas construções podem ter a mesma sintaxe, apresentando, como exemplo, *Alexandre vence a Dario* e *A Dario vence Alexandre*. Note-se que, neste caso, o constituinte deslocado (*A Dario*) faz parte da estrutura argumental do verbo *vencer* e, como tal, não é facultativo.⁷ Ele pode, sem agramaticalidade, ocupar diferentes posições na frase, não sendo de modo algum opcional. Muitas outras frases poderiam ser dadas como exemplos de como o constituinte deslocado nem sempre é opcional:

(27) Ao Pedro oferecerei um livro; à Maria, um chocolate.

⁶ “O estatuto de constituinte das orações subordinadas adverbiais é visível pela possibilidade de, em geral, serem destacadas por clivagem ou pela possibilidade de ocuparem diferentes posições na frase” (Brito 2003, p. 698).

⁷ Note-se que a regência da preposição *a* por parte do verbo *vencer* já não se verifica no português atual. Mantemo-la aqui para percebermos que este complemento (*A Dario*) já foi um complemento do verbo *vencer*, podendo ocupar diferentes posições na frase.

Vemos, aqui, o constituinte *Ao Pedro* ter a função de complemento indireto, fazendo parte da estrutura argumental do verbo *oferecer*. Se apelarmos para o latim, então fica claro que, de modo algum, a ordem em que ocorrem os diversos constituintes frásicos releva para a sua opcionalidade ou para o facto de serem acessórios na frase. Este critério, julgamos, não colhe nem para atestar a opcionalidade dos constituintes nem para fazer equivaler as orações subordinadas a advérbios ou a adjuntos adverbiais.

No caso das orações subordinadas condicionais, as quais, conjuntamente com a oração subordinante, exprimem uma das operações básicas de lógica formal – a *implicação*⁸ – torna-se absurdo considerar a subordinada como *adverbial* e, como tal eliminável da frase, pois, ao fazê-lo, estamos a considerar também eliminável um dos termos da implicação, o que compromete seriamente o raciocínio lógico subjacente a este tipo de frases.

O que este tipo de análise linguística deixa transparecer é que se trata de uma descrição sistémica fechada sobre si própria, criando um vazio de conteúdo no qual oscilam categorias gramaticais intercambiáveis, sem que se atenda à lógica inerente dos enunciados em concreto. Paul Ricoeur já o fazia notar quando, referindo-se à distinção entre *langue* e *parole*, com a prevalência da primeira na linguística atual, dizia que a linguagem se tornou “um mundo próprio, dentro do qual cada elemento se refere apenas a outros elementos do mesmo sistema” (Ricoeur 1976/2012, p. 18). As etiquetas gramaticais têm de dar conta do fluxo do pensamento nos seus diversos matizes e não toldá-lo para servir apenas um *sistema* em circuito fechado.

2.3.2. Orações subordinadas adjetivas

Detenhamo-nos, agora, nas orações subordinadas *adjetivas*. Este termo aplica-se às orações relativas – restritivas e explicativas. Pressupõe-se, assim, que as relativas têm um comportamento sintático semelhante aos adjetivos. Consideremos o seguinte exemplo de uma oração subordinada adjetiva:

(28) A carta que tu me escreveste chegou ontem.

Neste exemplo, a oração *que tu me escreveste* designa-se como *subordinada adjetiva relativa restritiva*. Para além do incómodo, referido anteriormente, de obrigar-mos as crianças a usar uma cadeia quase interminável de termos, será que é correto, gramaticalmente falando, equipararmos as orações relativas a adjetivos?

Começemos por validar, em primeiro lugar, a diferença entre as relativas restritivas e as explicativas. Com efeito, há uma diferença semântica entre o exemplo anterior (exemplo 28) e a frase:

(29) a. O Pedro, que é um bom aluno, respondeu logo.

⁸ *Se estiver bom tempo irei passear* é uma frase que corresponde, em termos de lógica formal, a uma operação de implicação entre duas proposições simples (*p* e *q*) relacionadas pelo símbolo \Rightarrow . Neste caso, $p \Rightarrow q$ (lê-se: se *p* então *q*), sendo *p* = estar bom tempo e *q* = ir passear.

Embora ambas as orações encaixadas sejam relativas, pois integram o pronome relativo *que*, no primeiro caso, a relativa restringe o domínio do nome (cartas há muitas e alguém se refere àquela -que tu me escreveste-) e, no segundo caso, não restringe o nome, mas explica porque é que o Pedro respondeu logo. Aliás, facilmente comutaríamos a construção relativa da última frase por uma construção explicitamente causal:

(29) b. O Pedro, porque é um bom aluno, respondeu logo.

Pensamos que sobre esta distinção não recaem grandes objeções. Mas apelidar este tipo de frases de *adjetivas* será legítimo?⁹ Vejamos: é suposto os adjetivos qualificativos atribuírem uma qualidade ao nome ao qual se referem. Em *uma camisa azul*, o adjetivo *azul* qualifica o nome *camisa*, atribuindo-lhe uma característica cromática. Contudo, atentemos na seguinte frase:

(30) O rapaz que vi ontem no parque é japonês.

Estaremos, aqui, a atribuir alguma qualidade ao nome *rapaz* com a oração *que vi ontem no parque*? Pensamos que não. Admitimos que estamos a restringir o domínio do nome, pois rapazes há muitos e falamos de um em concreto, mas daí a atribuir-lhe uma qualidade vai uma longa distância.

Um outro argumento pode ser invocado para invalidar esta equivalência (oração relativa = adjetivo): a posição pré e pós-nominal em *que*, geralmente, podem ocorrer os adjetivos na língua portuguesa. Normalmente, o adjetivo aparece depois do nome, mas muitas vezes precede-o, não resultando daí grandes alterações de sentido. Nos textos poéticos, abundam os exemplos de adjetivos pré-nominais: “Quando o risonho abril” (Shakespeare), “Os bons vi sempre passar /no mundo graves tormentos” (Camões), “Bebendo em níveas mãos” (Bocage) (*apud* Santiago & Paixão 2012). Refira-se, porém, que há adjetivos em que não é irrelevante o facto de eles aparecerem antes ou depois do nome. Dizer *um grande homem* e *um homem grande* não é a mesma coisa: no primeiro caso, o adjetivo *grande* tem um aspeto valorativo e, no segundo, ele incide, sobretudo, no aspeto físico (tamanho). Todavia, se nos abstrairmos destas diferenças e nos centrarmos na capacidade de ocorrência pré e pós-nominal do adjetivo, será que as orações subordinadas relativas apresentam esta propriedade? O que acontece à frase se colocarmos a oração relativa numa posição pré-nominal?

(30) a. O rapaz que vi ontem no parque é japonês.
b. * Que vi ontem no parque o rapaz é japonês.

Como se pode constatar, 30b resulta claramente agramatical. Não é possível colocar a oração relativa antes do nome, contrariamente ao que acontece com os adjetivos. Não será este um bom argumento para não considerar as orações subordinadas relativas como

⁹ No caso das relativas explicativas, bastante semelhantes às subordinadas causais como acontece em 29b, esta denominação parece notavelmente desajustada.

adjetivas? Uma vez mais estamos perante uma equivalência pouco fundamentada entre categorias gramaticais nucleares e determinadas construções sintáticas. Uma *oração* é uma realidade sintática diferente de uma categoria nuclear. São elementos distintos, não se podem fazer equivaler.

Apolónio Díscolo, embora muito distante no tempo, apresenta uma visão clara da subordinação relativa. Para este autor, o que está em causa, nestas construções, é a articulação ou junção de duas orações, que têm dois verbos distintos. Atentemos nos seguintes exemplos:

- (31) a. Conheci um homem que tinha seis automóveis.
b. Conheci um homem e ele tinha seis automóveis.

A frase 31a é equivalente à 31b. O pronome relativo *tem*, sobretudo, a função de conetor oracional. Ouçamos Apolónio:

(...) él artículo pospositivo [relativo] depende de su propio verbo y está conectado mediante la referencia con el nombre antecedente, de ahí que con él no pueda constituirse una oración simple, debido a la construcción con dos verbos (...). Así, la frase «vino un gramático que habló» equivale, virtualmente, a «vino un gramático y él habló». Incluso el nombre de ambas partes de la oración muestra su proximidad funcional, pues «coarticular» y «conjuntar» no distan mucho de ser sinónimos (trans. 1987, p. 151).

O autor salienta a articulação ou a junção de orações na construção relativa e deveria ser esta a sua principal característica e não uma mera modificação adjetival da oração principal.

2.3.3. Orações subordinadas substantivas

Atentemos agora nas orações subordinadas *substantivas*, considerando os seguintes exemplos:

- (32) a. Ele disse que ia sair.
b. Ele disse isso.
c. Ele disse-o com veemência.

Numa frase do tipo da 32a, a oração *que ia sair* denomina-se como subordinada substantiva completiva. É certo que podemos pronominalizá-la com *isso*, resultando em qualquer coisa como a 32b. Todavia, em 32b, *isso* não é equivalente a um substantivo.¹⁰ *Isso* é um pronome demonstrativo que substitui, neste caso, um segmento oracional, o qual tem uma ação bem vincada (*que ia sair*). Também poderemos substituí-lo pelo

¹⁰ Os pronomes demonstrativos *Isso*, *isso*, *aquilo* podem, eventualmente, substituir um substantivo (*Não gosto de carne. Não gosto disso*). Mas este facto não deve fazer equivaler o substantivo a um segmento oracional (*Ele disse que ia sair*). Fazer essa equivalência seria como se, num mesmo cesto (= *isso*) transportássemos damascos (= substantivo) e pizzas (= segmento oracional) e disséssemos que damascos e pizzas são a mesma coisa, pois são transportados pelo mesmo cesto.

pronome *-o*, o que resulta na frase 32c.¹¹ Ora, será que este facto torna legítimo compará-lo a um substantivo? Quando muito poderíamos falar de subordinadas *pronominais*, já que podem ser substituídas por pronomes demonstrativos. O termo *substantivas* não parece muito ajustado, porque o que acontece é o verbo da oração subordinante precisar de completar o seu sentido com uma outra oração (subordinada completiva ou integrante), reportando o que alguém disse num outro tempo diferente do tempo da enunciação. O mesmo acontece na frase:

(33) O Luís quer que lhe peças desculpa.

Nesta frase, vemos uma ação volitiva (*quer*) a precisar de ser completada com uma outra ação a realizar no futuro (*que lhe peças desculpa*). Os verbos, nestes casos, não precisam sintaticamente de um substantivo, mas sim de uma *proposição* que lhes complete o sentido.¹² Para quê, mais uma vez, estabelecer paralelismos entre categorias nucleares e segmentos oracionais?

Jerónimo Soares Barbosa não fala de orações *substantivas*, mas de proposições *subjunctivas*, entendendo por isto as construções relativas (restritivas e explicativas) e as integrantes ou completivas:

Ambas estas espécies de proposições parciais são subjunctivas porque se põem sempre imediatamente depois das palavras, que ou explicam, ou restringem, ou completam; nem podem ter outro lugar senão este. Ambas outrossim fazem parte da oração total antecedente. As incidentes fazem parte ou de seu sujeito, ou de seu atributo; e as integrantes fazem parte e completam a significação do verbo, que as determina (1822, pp. 359–360).

¹¹ *O(s)*, *a(s)* podem ocorrer como pronomes demonstrativos em substituição, também, de segmentos nominais, com o significado de *aquele(s)*, *aquela(s)*, *aquilo*, como em *O homem que trabalha deve ser respeitado. Q que prevarica merece castigo* (cf. Cunha & Cintra 2005, p. 340).

¹² É certo que este tipo de verbos pode, também, pedir um substantivo ou, se quisermos, um sintagma nominal (*Ele só disse mentiras*). Contudo, poderemos estabelecer novamente a equivalência terminológica entre um sintagma nominal e um segmento oracional, como em (26) *Ele disse que ia sair?* Recorrendo à pronominalização desses segmentos: *Ele disse-as sem pestanejar*, no primeiro caso, sendo *-as* um pronome pessoal, e *Ele disse-o com veemência*, no segundo, sendo *-o* um pronome demonstrativo, equivalente a *isto*, *isso* ou *aquilo*. Se obtemos, como resultado, dois pronomes de categorias diferentes será legítimo fazer equivaler terminologicamente os dois segmentos? Como assinala Clairis (2008, p. 67): “Recorde-se que uma classe sintática se identifica pelo conjunto das suas compatibilidades – e não por uma parte dessas compatibilidades – e que nada impede duas classes, que tenham pelo menos uma compatibilidade diferente e partilhem por outro lado as mesmas compatibilidades, de serem classes distintas”. O teste da pronominalização parece deixar claro o erro em que incorre esta terminologia ao considerar a identidade entre os dois segmentos (um sintagma nominal e um segmento oracional) quando, afinal, ocorrem dois tipos diferentes de pronominalizações. Para além de pertencerem a subclasses diferentes, no primeiro caso, o(s) pronome(s) resultante(s) pode(m) ser flexionado(s) em género e número (*O Luís disse improperios. Ele disse-os com veemência*); no segundo caso, o pronome não se pode flexionar, só acontece no masculino do singular, na forma *-o*. Ninguém duvida que a função sintática de ambos os segmentos é a mesma - a de *complemento direto*. Mas as *funções sintáticas* são um domínio gramatical distinto do das *classes de palavras*. Para quê entrar na especificidade das classes de palavras (subordinadas *adjetivas/substantivas/adverbiais*) quando, afinal, o que se pretende é assinalar uma eventual função sintática desempenhada pelas orações subordinadas em relação à oração subordinante?

Concordamos em que as relativas e as completivas fazem parte da oração “total antecedente” – aliás, o termo *subjuntiva* significa que a oração está *sub-junta* ou seja, ela é uma sub-parte da oração antecedente – mas duvidamos que as mesmas tenham a função de substantivos ou de adjetivos. Embora nalguns casos possam comutar com substantivos ou adjetivos não deverão classificar-se como tal. Só a título de curiosidade, J.S. Barbosa apelida de “circunstanciais” (que poderíamos equiparar às atuais *adverbiais*) apenas as conjunções “ordinariamente relativas ao tempo”, como *quando*, *logo que*, *até que*, etc. Todas as outras, segundo este gramático, servem para estabelecer nexos de diversa índole entre proposições.

Vejamus a posição de Emilio Alarcos Llorach, que invoca o papel de transpositor da conjunção que para apelidar estas orações de *substantivas*:

En Dijo que estaba harto, es indudable que *Estaba harto* podría funcionar como enunciado independiente y sería una oración; pero aquí tenemos *que estaba harto*, donde la conjunción o transpositor que impide que la secuencia sea oración independiente y la convierte en equivalente funcional de un sustantivo (Llorach 1999, p.228).

Parece-nos desajustada esta terminologia, ao fazer equivaler uma oração a uma classe de palavras, uma vez que o que está em causa é apenas uma equivalência funcional, entre um substantivo e um segmento oracional. Equivalência funcional não deverá ser sinónimo de equivalência entre classes de palavras. Dizer substantivo não equivale a dizer função sintática X, porque um substantivo pode desempenhar diversas funções sintáticas.

Quer nas subordinadas *adverbiais* quer nas *adjetivas* quer nas *substantivas*, ou melhor, em todos os tipos de *subordinação* o que parece acontecer é uma relação entre duas ou mais *proposições* com diversos matizes lógico-semânticos em lugar de uma relação entre uma proposição inicial e determinadas categorias nucleares (advérbios/adjetivos/substantivos), as quais podem, eventualmente, transformar-se em proposições. Pensamos que não é correto ‘forçar’ esta equivalência. A proposição inicial não deverá tomar-se como cânone absoluto do que vem a seguir, como se tudo o resto existisse gramaticalmente apenas para ‘ser qualquer coisa’ em relação a ela. Na relação entre proposições evidenciam-se, antes de tudo, nexos lógicos e não apenas ‘vagas’ analogias sintáticas. Assim, não concordamos com a posição de Cunha e Cintra quando escrevem que “As orações subordinadas classificam-se em substantivas, adjetivas e adverbiais, porque as funções que desempenham são comparáveis às exercidas por substantivos, adjetivos e advérbios” (2005, p. 596), pois a realidade sintática é bastante mais profunda, nestes casos, e concerne, sobretudo, as relações que várias proposições têm entre si e não apenas uma pouco fundamentada analogia metagramatical, em que tudo parece girar à volta da oração principal ou subordinante, exercendo uma determinada função em relação a ela.¹³

¹³ Se a ideia é atribuir às orações subordinadas determinadas funções sintáticas então deveria ser utilizada a nomenclatura das funções sintáticas e não a das classes de palavras. Concordamos com Clairis (2008, p. 58) quando declara que “(...) as funções não devem intervir enquanto critério de identificação para o estabelecimento das classes sintáticas”, até porque uma determinada classe de palavras pode ser, numa dada língua, *plurifuncional*, ou seja, mais concretamente, um *substantivo* pode desempenhar diversas funções sintáticas, dependendo do contexto sintático em que este ocorre. A palavra *riqueza* pode ser sujeito e

Além disso, poderíamos invocar, ainda, o que acontece nas orações coordenadas. Em relação a estas, o *Dicionário terminológico* mantém a classificação tradicional (orações coordenadas copulativas, adversativas, disjuntivas, conclusivas e explicativas), sem lhes acrescentar nenhum outro termo intermédio. Consideremos as frases:

(34) O Zé não saiu, pois tinha que estudar.

(35) O Zé não saiu porque tinha que estudar.

Não se vislumbra uma grande diferença ao nível do significado entre a oração iniciada por *pois*, em 34, e a oração iniciada por *porque*, em 35, transmitindo ambas uma ideia de causa ou, se quisermos, de explicação. No entanto, a primeira deverá, segundo o *Dicionário terminológico*, ser classificada como oração coordenada explicativa e a segunda como oração subordinada adverbial causal. Dada a semelhança sintática e semântica entre as duas, não se percebe que uma seja considerada adverbial e a outra não.

2.4. Adjetivos numerais

Os antigos numerais ordinais *primeiro*, *segundo*, *terceiro*, etc. são agora denominados de adjetivos numerais. Porquê a integração destas palavras na classe dos adjetivos? Parece-nos, uma vez mais, que prevalece aqui apenas o critério de comutabilidade sintática. Tomemos o seguinte exemplo:

(36) O primeiro lugar coube a um japonês.

A palavra *primeiro* refere-se ao nome *lugar*, antecedendo-o e, talvez por isso, facilmente o substituímos e tomamos por um adjetivo (*O almejado lugar coube a um japonês*).

Fazemos notar que a classificação deste tipo de palavras como numerais ordinais apresenta uma longa tradição gramatical. Said Ali (1931, pp. 82–91) toma os numerais como uma classe de palavras, sendo que estes podem ser de três espécies: cardinais, multiplicativos e ordinais. *Quarto*, *quinto*, *vigésimo*, *undécimo* ou *duodécimo* são claramente, para este autor, numerais ordinais. Como a sua formação é, por vezes, complexa (como acontece com ordinais mais elevados como *quingentésimo*, equivalente a 50.^o) nem todos os falantes apresentam a mesma facilidade em aprendê-los. Na opinião do autor:

O homem do povo aprende a contar, isto é, adquire a ciência dos numerais cardinais com certa facilidade, digamos, até milhares e centenas de milhares; porém, desde o momento

complemento direto em *Riqueza atrai riqueza*. Funções sintáticas não se devem confundir com classes de palavras, que é o que parece acontecer nesta terminologia.

que se trate de ordinais, para cuja formação se exija processo complicado, o seu saber e habilidade depressa se esgotam (1931, pp. 88–89).

Segundo Ali, assim se justifica porque o uso foi permitindo a utilização do plural em expressões que deveriam estar no singular como *Aos dezassete capítulos* em vez de *No décimo sétimo capítulo*.

Também Celso Cunha e Lindley Cintra consideram a classe dos numerais nos seus vários aspetos: cardinais, ordinais, multiplicativos e fracionários. *Primeiro*, *segundo* ou *trigésimo* são, para estes autores, sem dúvida, numerais ordinais. Assinalam, no entanto, alguns casos em que *primeira* ou *segunda* podem ser adjetivos, como acontece em *Um material de primeira categoria* ou *Um artigo de segunda qualidade*. Nestes exemplos, *primeira* e *segunda* não exprimem a ordem, mas sim uma qualidade do nome a que se referem. Sublinhamos que aqui, excecionalmente, estes numerais podem ser considerados como adjetivos.

Porém, no nosso entender, o termo *adjetivo numeral* é incorreto por várias razões. Em primeiro lugar, porque nem sempre este tipo de palavras vem acompanhado de nomes. Pensemos numa listagem ordenada de atletas numa competição em que a ordem (o numeral ordinal) antecede o nome dos concorrentes (1.º – Fulano, 2.º – Sicrano, 3.º – Beltrano, etc.). Portanto, se é suposto os adjetivos reportarem-se sempre a nomes, neste caso, não existindo nomes aos quais se referem 1.º, 2.º e 3.º, não deveremos tomar estas palavras como adjetivos. Em segundo lugar, o termo ‘adjetivo numeral’ escamoteia o principal valor semântico de palavras como *primeiro*, *segundo*, *terceiro*, valor esse que é de expressar a ordem. Estas palavras não funcionam, numa frase, como adjetivos referentes a um nome, mas indicam, sobretudo, a ordem dentro de um conjunto de elementos. Falar em adjetivos, nestes casos, é demasiado vago e pouco incisivo quanto ao valor semântico que está verdadeiramente em causa. É certo que estas palavras concordam em género e número com o nome a que se referem (*primeiro homem*, *primeira mulher*), mas será que esta característica as torna adjetivos? Lembremos que os determinantes também apresentam o mesmo tipo de concordância e formam uma classe gramatical distinta. Por último, assinale-se a relação direta entre o cardinal *cinco* e o ordinal *quinto* ou entre *vinte* e *vigésimo*. Tal correspondência não deveria fazer juntar estas palavras numa mesma categoria? Para quê complicar com classificações aleatórias em que o único critério é uma vaga analogia sintática entre adjetivos e ordinais? Pensamos que a ancestral divisão entre numerais cardinais e ordinais é muito mais premente e objetiva, associando numa mesma categoria- a dos numerais - cardinais e ordinais.

Assinale-se que os anteriormente denominados numerais cardinais são agora colocados na classe dos quantificadores. Assim, a palavra *cinco* é classificada, no *Dicionário terminológico*, como quantificador numeral. O mesmo acontece com os anteriormente denominados numerais *multiplicativos* (*o dobro*, *o triplo*) e *fracionários* (*um quarto*, *um quinto*) que são agora considerados quantificadores numerais. Resulta daqui uma classificação fragmentária em que dois números (*cinco* e *quinto*, por exemplo) são integrados em categorias diferentes, um como quantificador e o outro como adjetivo. Pensamos que este procedimento contraria o que seria um raciocínio intuitivo – o de juntar números a números e formar, com eles, uma única classe de palavras.

Por último, uma nota sobre a classe dos quantificadores. Além dos atrás referidos *quantificadores numerais*, considera ainda o *Dicionário terminológico* dois tipos: quantificadores que se referem a todos os elementos de um conjunto (*todo, nenhum, qualquer, ambos, cada*) e quantificadores que se referem a uma parte dos elementos de um grupo (*muito, pouco, tanto, algum, vários, bastante*). À exceção de *ambos, cada e bastante*, as palavras ora classificadas como quantificadores constam também da listagem dos pronomes indefinidos, ou seja, as palavras *todos, nenhum* ou *vários* tanto podem ser pronomes indefinidos como quantificadores numerais. Parece-nos, evidentemente, uma incongruência. Para que esta taxionomia gramatical seja coerente, e à semelhança do que acontece com os determinantes possessivos/ demonstrativos que também podem ser pronomes possessivos/demonstrativos, estas palavras deveriam ser classificadas como determinantes indefinidos. Se classificamos como *pronome indefinido* a palavra *todos*, na frase 37, como explicar aos nossos alunos que, na frase 38, a palavra *todos* seja considerada um quantificador numeral?

(37) Todos cumpriram a sua função.

(38) Todos os alunos cumpriram a sua função.

O facto de a palavra ocorrer como pronome ou ocorrer acompanhada de um sintagma nominal altera a sua semântica de base?

3. Conclusão

Em nosso entender, as questões colocadas e, no fundo, todos os pontos aqui expostos acerca do *Dicionário terminológico* deveriam ser objeto de uma reflexão séria de modo a contribuirmos para um sistema gramatical mais equilibrado e coerente. Sabemos quão difícil é, por vezes, desligarmo-nos de determinadas escolas linguísticas: são hábitos mentais que frequentemente condicionam a nossa perceção e compreensão da língua. Porém, classificar é também compreender e explicar os fenómenos. Uma determinada taxionomia traz, geralmente, consigo uma ‘ideologia’ linguística e, por consequência, uma determinada conceção do funcionamento das línguas naturais. Tomado no seu conjunto, o *Dicionário terminológico* parece privilegiar um determinado enquadramento teórico, mas não resulta clara a fundamentação dos termos apresentados nem a razão de ser de certas classificações. Lidando todos dias com este *corpus* terminológico, apercebem-se os professores de português de muitas incoerências, de critérios pouco uniformes, de uma etiquetagem exageradamente detalhada, tendo em conta os níveis etários do público-alvo, não contribuindo estes aspetos para nos facilitar a tarefa de tornar mais claro o funcionamento da língua. É certo que as crianças aprendem qualquer coisa que se lhes ensine, uma vez que as suas idades não permitem ainda questionar a veracidade dos saberes ministrados. Acreditamos, contudo, como Amadeu Torres, que a gramática pode e deve ser uma “propedêutica geral da inteligência” pelo que deverá constituir-se como sistema coerente e, sobretudo, lógico, pois, antes de tudo, as línguas

são ‘constructos’ altamente elaborados pelo espírito humano ao longo dos tempos, oferecendo-nos lições de lógica a todo o momento. Já Stuart Mill, no século XIX, assinalava a lógica e a inteligência como atributos inerentes à linguagem. As classificações gramaticais deveriam remeter para esta vertente mais do que aceitar acriticamente determinados pontos de vista linguísticos, até porque aquilo que se aprende em tenra idade geralmente permanece ao longo da vida. Dizia Platão que é mais pernicioso uma educação errada do que beber por odres sujos: os odres em qualquer altura se podem lavar, enquanto que as ideias incutidas nos primeiros anos de escolaridade têm tendência a permanecer por toda uma vida. Assim, ensinar sistemas incoerentes é, de certa forma, contribuir para hipotecar a própria inteligência, a longo prazo. Não é isto que a escola deve fazer.

Referências

- Ali, M. S. (1931). *Grammatica historica da língua portuguesa*. 2.^a edição melhorada e aumentada de Lexeologia e formação de palavras e syntaxe do portuguez historico. São Paulo: Melhoramentos.
- Barbosa, J. S. (2005). *Gramática filosófica da língua portuguesa*. (Edição anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres). Braga: Universidade Católica Portuguesa. (Obra original publicada em 1822)
- Biberauer, T., Holmberg, A., Roberts, I., & Sheehan, M. (2010). *Parametric variation: Null subjects in minimalist theory*. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511770784>
- Brito, A. M. (2003). Subordinação adverbial. In M.H. Mateus *et al.* (Eds.), *Gramática da língua portuguesa* (5.^a ed. revista e aumentada) (pp. 695–727). Lisboa: Editorial Caminho.
- Camacho, J. A. (2013). *Null subjects*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chomsky, N. (1995). *The minimalist program*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Clairis, C. (2008). *No rumo de uma linguística inacabada* (trad. por Maria J. V. Santos). Coimbra: Almedina.
- Cunha, C. & Cintra, L. (2005). *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (18.^a ed.). Lisboa: Edições Sá da Costa.
- Dicionário Terminológico on-line*. Consultado em março, 2018, em <http://www.dge.mec.pt/português>.
- Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (2007). *Revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Díscolo, A. (1987). *Sintaxis*. (trad. por Vicente Bécares Botas). Madrid: Editorial Gredos.
- Llorach, A. (1999). *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe.
- Lobo, M. (2013a). Subordinação adverbial. In E. Raposo *et al.* (Eds.), *Gramática do português* (Vol. 2) (pp. 1986–2056). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lobo, M. (2013b). Sujeito nulo: Sintaxe e interpretação. In E. Raposo *et al.* (Eds.) *Gramática do português* (Vol. 2) (pp. 2309–2333). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lopes, C. V. (2016). *A Cons-Ciência da linguagem – Perspetivação histórica da gramática seguida de reflexões sobre linguagem e gramática*. Lisboa: Colibri.
- Martinet, A. (1995). *Função e dinâmica das línguas*. (trad. por J.M. Barbosa e M. Joana V. Santos). Coimbra: Almedina.
- Martinet, A. (1985). *Syntaxe Générale*. Paris: Armand Colin.

- Mateus, M. H. M., Brito, A. M., Duarte, I. & Faria, I. H. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. (5.^a ed. revista e aumentada) Lisboa: Editorial Caminho.
- Pinto, M. G. L. C. (2006). Terminologia linguística para os ensinos básico e secundário: os pilares de uma ponte em construção. In I. Duarte & O. Figueiredo (Eds.), *Terminologia linguística: das teorias às práticas* (pp. 9–27). Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras.
- Raposo, E. M., Bacelar do Nascimento, F., Mota, M. A., Segura, L. & Mendes, A. (2013). *Gramática do Português* (Vol. 2). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ricoeur, P. (2012). *Teoria da interpretação – O discurso e o excesso de significação* (trad. por Artur Morão). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1976)
- Santiago, A. & Paixão, S. (2012). *P8 - Português 8.º ano*. Lisboa: Texto Editores.
- Veloso, R. (2013). Subordinação Relativa. In E. Raposo *et al.* (Eds.), *Gramática do português* (Vol. 2) (pp. 2063–2133). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vygotsky, L. (2007). *Pensamento e linguagem* (trad. por Miguel Serras Pereira). Lisboa: Relógio d'Água. (Obra original publicada em 1934).

[recebido em 22 de fevereiro de 2019 e aceite para publicação em 4 de novembro de 2019]